

1. INTRODUÇÃO	17
2. APURAMENTO DO RESULTADO FISCAL	20
3. PERIODIZAÇÃO DO RESULTADO FISCAL	24
3.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	25
3.2. IMPUTAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS E DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO	25
3.3. GASTOS OU RENDIMENTOS RELATIVOS A PERÍODOS ANTERIORES	27
3.4. RECONHECIMENTO DO RÉDITO	29
3.5. EXPLORAÇÕES SILVÍCOLAS PLURIANUAIS	35
3.6. MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	36
3.7. APLICAÇÃO DO JUSTO VALOR	39
3.8. PAGAMENTOS COM BASE EM AÇÕES	41
3.9. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS PÓS EMPREGO	43
4. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	45
5. RENDIMENTOS	50
5.1. SUBSÍDIOS DESTINADOS À EXPLORAÇÃO	51
5.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS VALORIZADOS PELO CUSTO AMORTIZADO	53
6. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POSITIVAS	59
6.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	59
6.2. EXPRESSAMENTE EXCLUÍDAS DA FORMAÇÃO DO RESULTADO FISCAL	59
6.3. NÃO EXCLUÍDAS DA FORMAÇÃO DO RESULTADO FISCAL (EXEMPLOS)	61
6.4. REGIME TRANSITÓRIO	63
7. SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	68
7.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	68
8. GASTOS	71
8.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	72
8.2. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS	72
8.3. GASTOS SUPTADOS COM A TRANSMISSÃO ONEROSA DE PARTES DE CAPITAL	72
8.4. ENCARGOS FINANCEIROS SUPTADOS COM FINANCIAMENTOS UTILIZADOS PARA A CONCESSÃO DE PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES OU SUPRIMENTOS NÃO REMUNERADOS A OUTRAS ENTIDADES	74
9. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS NEGATIVAS	76
9.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	77
9.2. REGIME TRANSITÓRIO	77
10. INVENTÁRIOS	80
10.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	80
10.2. MÉTODOS ACEITES FISCALMENTE	80
10.3. AJUSTAMENTOS EM INVENTÁRIOS	81
10.4. ATIVIDADE EDITORIAL	82
11. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	83
11.1. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES	84
11.2. REGIME TRANSITÓRIO	85

11.3. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	85
11.4. CONDIÇÕES GERAIS DE ACEITAÇÃO DAS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	85
11.5. VALORIMETRIA DOS ELEMENTOS DEPRECIÁVEIS OU AMORTIZÁVEIS	88
11.6. PERÍODO DE VIDA ÚTIL	91
11.7. MÉTODOS DE CÁLCULO DAS DEPRECIACÕES	93
11.8. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES NÃO ACEITES COMO GASTOS	108
11.9. DESPESAS OU ENCARGOS CONTABILIZADOS COMO GASTO NA VIGÊNCIA DO POC ..	112
12. IMPARIDADES E PROVISÕES	114
12.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	114
12.2. PERDAS POR IMPARIDADE FISCALMENTE DEDUTÍVEIS	114
12.3. PROVISÕES FISCALMENTE DEDUTÍVEIS	121
13. CRÉDITOS INCOBRÁVEIS	128
14. REALIZAÇÕES DE UTILIDADE SOCIAL	130
14.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	130
14.2. REALIZAÇÕES DE UTILIDADE SOCIAL DEDUTÍVEIS SEM LIMITE	131
14.3. REALIZAÇÕES DE UTILIDADE SOCIAL DEDUTÍVEIS COM LIMITE	132
15. ENCARGOS NÃO DEDUTÍVEIS PARA EFEITOS FISCAIS	138
15.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	138
15.2. IRC E QUAISQUER OUTROS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS	139
15.3. NIF INVÁLIDO OU ATIVIDADE CESSADA OFICIOSAMENTE	142
15.4. IMPOSTOS E QUAISQUER OUTROS ENCARGOS QUE INCIDAM SOBRE TERCEIROS	143
15.5. ENCARGOS PELA PRÁTICA DE INFRAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA	145
15.6. AS INDEMNIZAÇÕES PELA VERIFICAÇÃO DE EVENTOS CUJO RISCO SEJA SEGURÁVEL	146
15.7. AJUDAS DE CUSTO E DESLOCAÇÃO EM VIATURA PRÓPRIA DO TRABALHADOR	147
15.8. ENCARGOS NÃO DEVIDAMENTE DOCUMENTADOS	149
15.9. ENCARGOS COM O ALUGUER SEM CONDUTOR DE VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS OU MISTAS	149
15.10. ENCARGOS COM COMBUSTÍVEIS	151
15.11. REMUNERAÇÃO DE SUPRIMENTOS E EMPRÉSTIMOS FEITOS PELOS SÓCIOS	152
15.12. MENOS-VALIAS REALIZADAS RELATIVAS A BARCOS DE RECREIO, AVIÕES DE TURISMO E VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS OU MISTAS	152
15.13. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS POR MEMBROS DE ÓRGÃOS SOCIAIS E TRABALHADORES	154
15.14. DIFERENÇA NEGATIVA ENTRE AS MAIS-VALIAS E AS MENOS-VALIAS REALIZADAS ..	156
15.15. MENOS-VALIAS E OUTRAS PERDAS RELATIVAS A PARTES DE CAPITAL	161
16. REGIME DAS MAIS-VALIAS E MENOS-VALIAS REALIZADAS	162
16.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	162
16.2. CONCEITO E FÓRMULA DE CÁLCULO	163
16.3. REINVESTIMENTO DOS VALORES DE REALIZAÇÃO	170
16.4. MUDANÇAS NO MODELO DE VALORIZAÇÃO	177
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	179
17.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	179
17.2. ENQUADRAMENTO	180

17.3. CONTABILIDADE DE COBERTURA	181
17.4. TRATAMENTO FISCAL	183
18. ELIMINAÇÃO DA DUPLA TRIBUTAÇÃO ECONÓMICA DOS LUCROS DISTRIBUÍDOS	188
18.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	188
18.2. REQUISITOS DE APLICAÇÃO DO ARTIGO 51.º DO CÓDIGO DO IRC	189
19. PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	196
19.1. O ARTIGO 63.º, N.º 1, DO CÓDIGO DO IRC	200
19.2. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	221
19.3. AJUSTAMENTO CORRELATIVO	227
19.4. ACORDOS PRÉVIOS DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	230
20. PREVALÊNCIA DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO DEFINITIVO	231
20.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	232
20.2. PRINCÍPIO GERAL	232
20.3. SALVAGUARDA DE ATUAÇÃO DA AT	234
20.4. AFASTAMENTO DA PRESUNÇÃO DO ARTIGO 64.º, N.º 2	235
21. PAGAMENTOS A ENTIDADES NÃO RESIDENTES SUJEITAS A UM REGIME FISCAL PRIVILEGIADO	243
21.1. REGIME FISCAL CLARAMENTE MAIS FAVORAVEL	244
22. TRANSPARÊNCIA FISCAL INTERNACIONAL	246
22.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	246
22.2. IMPUTAÇÃO AUTOMÁTICA	247
22.3. EXCLUSÃO DA IMPUTAÇÃO AUTOMÁTICA	248
22.4. ELIMINAÇÃO DA DUPLA TRIBUTAÇÃO	249
22.5. ELEMENTOS A INCLUIR NO PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL	250
23. SUBCAPITALIZAÇÃO	251
23.1. ASSOCIAÇÃO À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	251
23.2. PRINCÍPIO	251
23.3. EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO	252
23.4. AFASTAMENTO DO REGIME	253
24. CORREÇÕES NOS CASOS DE CRÉDITO DE IMPOSTO E RETENÇÃO NA FONTE	255
25. APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL	257
25.1. DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS	258
26. COLETA	270
26.1. REGIÕES AUTÓNOMAS	270
26.2. DEDUÇÕES À COLETA	272
27. RESULTADO DA LIQUIDAÇÃO	284
28. TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS	291
28.1. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS	292
28.2. VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS OU MISTAS	293
28.3. DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	298
28.4. IMPORTÂNCIAS PAGAS OU DEVIDAS A “OFFSHORES”	299
28.5. ENCARGOS COM AJUDAS DE CUSTO E COMPENSAÇÃO PELA DESLOCAÇÃO EM VIATURA PRÓPRIA	300

28.6. LUCROS DISTRIBUÍDOS.....	303
28.7. REMUNERAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE GESTORES.....	304
29. PAGAMENTO.....	308
29.1. REGRAS DE PAGAMENTO.....	308
29.2. RETENÇÕES NA FONTE EFETUADAS POR TERCEIROS SOBRE OS RENDIMENTOS DO SUJEITO PASSIVO.....	309
29.3. PAGAMENTOS POR CONTA.....	310
29.4. DERRAMA ESTADUAL.....	315
29.5. DERRAMA MUNICIPAL.....	318
29.6. IRC DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	321
30. BENEFÍCIOS FISCAIS.....	322
30.1. BENEFÍCIOS FISCAIS POR DEDUÇÃO AO RENDIMENTO (RL DO PERÍODO).....	323
30.2. BENEFÍCIOS FISCAIS POR DEDUÇÃO À COLETA (CRÉDITO DE IMPOSTO).....	344
31. AS SOCIEDADES GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS.....	371
31.1. REGIME JURÍDICO.....	371
31.2. REGIME FISCAL.....	375
32. REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO DOS GRUPOS DE SOCIEDADES.....	385
32.1. ÂMBITO.....	385
32.2. REQUISITOS.....	386
32.3. SOCIEDADES EXCLUÍDAS.....	387
32.4. COMUNICAÇÕES A EFETUAR PELA SOCIEDADE DOMINANTE.....	388
32.5. CESSAÇÃO DO RETGS.....	389
32.6. DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL DO GRUPO.....	390
32.7. MATÉRIA COLETÁVEL DO GRUPO.....	391
32.8. REGIME ESPECÍFICO DE DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS.....	391
32.9. DERRAMAS.....	393
32.10. PAGAMENTOS.....	393
32.11. OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS.....	396
33. REESTRUTURAÇÕES EMPRESARIAIS.....	396
33.1. CONCEITOS.....	396
33.2. REGIME DE NEUTRALIDADE FISCAL.....	402
33.3. TRANSMISSIBILIDADE DE PREJUÍZOS.....	410
34. LIQUIDAÇÃO E PARTILHA.....	418
34.1. SOCIEDADES EM LIQUIDAÇÃO.....	418
34.2. RESULTADO DA LIQUIDAÇÃO.....	420
34.3. RESULTADO DA PARTILHA.....	420
35. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	421
35.1. DECLARAÇÃO DE INSCRIÇÃO, DE ALTERAÇÕES OU DE CESSAÇÃO.....	422
35.2. DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE RENDIMENTOS.....	423
35.3. DECLARAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FISCAL.....	425
35.4. OBRIGAÇÕES CONTABILÍSTICAS.....	425
35.5. PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL.....	427
BIBLIOGRAFIA.....	441

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Processo de apuramento do resultado fiscal.....	20
Figura 2: A relevância fiscal do justo valor dos instrumentos de capital próprio.....	41
Figura 3: Momento do reconhecimento fiscal dos gastos a que se refere o artigo 18.º, n.º 12.....	44
Figura 4: Aplicação do método das quotas decrescentes.....	94
Figura 5: Desvalorizações excecionais.....	119
Figura 6: Realizações de utilidade social aceites como gasto fiscal na totalidade.....	132
Figura 7: Realizações de utilidade social com limite de dedutibilidade fiscal.....	135
Figura 8: Gastos relativos a participação nos lucros.....	158
Figura 9: Reinvestimento dos valores de realização.....	174
Figura 10: Reinvestimento dos valores de realização de partes de capital.....	176
Figura 11: Processo de apuramento da matéria coletável.....	257
Figura 12: Tributação autónoma dos lucros distribuídos.....	304
Figura 13: Enquadramento fiscal dos donativos ao mecenato científico.....	337
Figura 14: Procedimentos de avaliação prévia.....	346
Figura 15: Regime do artigo 32.º do EBF.....	376
Figura 16: Transmissibilidade de prejuízos fiscais.....	412

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Alteração da terminologia no novo Código do IRC.....	17
Tabela 2: Exemplos de instrumentos financeiros.....	54
Tabela 3: Categorias de instrumentos financeiros e respetiva mensuração.....	55
Tabela 4: Valorimetria fiscal dos elementos do ativo.....	88
Tabela 5: Cálculo do período de utilidade esperada.....	92
Tabela 6: Regime intensivo de utilização de ativos fixos tangíveis.....	99
Tabela 7: Riscos a que estão expostos os instrumentos financeiros.....	180